



Ao assinar a Carta, a governadora disse estar honrada

Melhorias para a Saúde no Entorno

DF-Saúde

Documento assinado por Abadia prevê um plano para qualificar setor em MG e Goiás

WANILSON OLIVEIRA

A governadora Maria de Lourdes Abadia assinou ontem a "Carta Brasília", documento que prevê um plano de ação para qualificar o sistema de Saúde de 22 municípios do Entorno, em Goiás (GO) e Minas Gerais (MG). O documento visa ainda construir 250 unidades básicas, entre postos e centros de saúde, beneficiando mais de um milhão de pessoas.

A assinatura de Maria Abadia validou a Carta – que já contava com o aval dos governadores de Minas Gerais, Aécio Neves, e de Goiás, Alcides Rodrigues, e do ministro da Saúde, Agenor Álvares. A partir de agora, ações e esforços serão desenvolvidos em conjunto em tudo o que se referir à atenção básica. De acordo com o levantamento, cerca de 80% dos problemas de saúde não precisam chegar aos hospitais.

Segundo a governadora, as propostas incluem a criação do Programa Família Saudável (PFS), 23 policlínicas, além de hospitais gerais regionais especializados.

O projeto visa oferecer à população do Entorno mais leitos. Hoje, a região só dispõe de 21% do total de leitos preconizados pelo Ministério da Saúde, que é de três leitos para cada um mil habitantes. Os dados do ministério revelam um déficit de 79% das vagas necessárias para atender à população de 1.163 milhões.

"Mais um dia histórico para nossa cidade. Tenho a honra de assinar a Carta que vai fazer o planejamento integrado do Distrito Federal, Minas Gerais e Goiás", disse a governadora, referindo-se ao fato de finalmente a Região Integrada de Desenvolvimento Econômico (Ride) – um dos projetos defendidos pelo pefelesta José Roberto Arruda – sair do papel. Ela explicou que o ex-governador Joaquim Roriz foi responsável por implantar a água potável em todo o Entorno. "Na área do lixo e IML ele também fez o convênio", lembrou.

Abadia concluiu dizendo que é necessário o comprometimento dos participantes para criar também estímulos remuneratórios e condições dignas de trabalho para a fixação dos profissionais de Saúde nessas cidades. Após a assinatura, o próximo passo é discutir junto ao Ministério da Saúde a regionalização e os custos finais para a implementação do projeto.